

# REFLEXÕES SOBRE O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO NO INTERIOR DO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO CBCE

*Fernando Augusto Stareprava*

*Juliano de Souza*

*CEDELS/DEF/UFPR*

## **Resumo**

*A intenção desse trabalho é analisar a produção do Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) nas três últimas edições do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), que se propuseram a analisar programas e projetos na área de esporte e lazer do governo federal, especialmente o programa Segundo Tempo (PST).*

**Palavras-chave:** *Programa Segundo Tempo, produção científica, políticas públicas de esporte.*

## **Abstract**

*The intent of this paper is to analyze the production of the Thematic Working Group (TWG) of Public Policies of the Brazilian College of Sports Sciences (CBCE) in the last three editions of the Brazilian Congress of Sport Science (CONBRACE), who proposed to analyze programs and projects in the area of sport and leisure from the federal government, especially the program Second Time (PST).*

**Keywords:** *Program Second Time, scientific production, public policies for sport.*

## **Resumen**

*La intención de este trabajo es analizar la producción del Grupo de Trabajo Temático (GTT) de las Políticas Públicas del Colegio Brasileño de Ciencias del Deporte (CBCE) en las tres últimas ediciones del Congreso Brasileño de Ciencias del Deporte (CONBRACE), quien propuso para analizar los programas de y proyectos en el ámbito del deporte y el ocio del gobierno federal, especialmente el programa Segundo Tiempo (PST).*

**Palabras claves:** *programa Segundo Tiempo, la producción científica, las políticas públicas para el deporte.*

## **INTRODUÇÃO**

Criado em 1978, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) é uma entidade científica que congrega pesquisadores ligados à área de Educação Física/Ciências do Esporte. Organizado em Secretarias Estaduais e Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs), liderados por uma Direção Nacional, possui representações em vários órgãos governamentais, é ligado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e

está presente nas principais discussões relacionadas à área de conhecimento<sup>1</sup>. Constitui hoje a principal entidade científica da área de Educação Física, esportes e lazer no Brasil, contando com 1234 associados (em 2007), distribuídos em vinte e seis estados do país.

O CBCE tem como principais atribuições: a representação da comunidade acadêmica em órgãos diversos, realização a cada dois anos do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), realização de congressos regionais e outros eventos científicos, participação com programação específica nas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, edição da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, e edição de publicações diversas<sup>2</sup>.

Os GTTs no interior do CBCE são as instâncias organizativas responsáveis por constituírem pólos aglutinadores de pesquisadores com interesses comuns em temas específicos, pólos de reflexão, produção e difusão de conhecimento acerca do referido tema, e espaços sistematizadores do processo de produção de conhecimento com vistas à parametrização das ações políticas das instâncias executivas do CBCE. São dirigidos por um Comitê Científico formado por pesquisadores que sejam no mínimo mestres, dentre os quais um, necessariamente doutor, é eleito como coordenador. Estruturados a partir de uma Coordenação Nacional, estão vinculados à Diretoria Científica e são regulamentados pelo Estatuto da entidade, bem como por um regimento próprio<sup>3</sup>.

No ano de 2009 estavam em funcionamento doze GTTs no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: Atividade Física e Saúde, Comunicação e Mídia, Corpo e Cultura, Epistemologia, Escola, Formação Profissional e Mundo do Trabalho, Memórias da Educação Física e Esporte, Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Recreação e Lazer, Treinamento Esportivo, Inclusão e Diferença; envolvendo várias temáticas e discussões pertinentes às áreas de Educação Física, Esporte e Lazer.

O seu evento científico nacional, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), realizado a cada dois anos, está entre os principais do país, reunindo em suas últimas edições (2007 e 2009), cerca de 5000 participantes. Realizado desde 1979, é estruturado a partir de atividades comuns (palestras, mesas, lançamento de livros), e atividades específicas dos GTTs do CBCE (a partir de 1997). A discussão mais focalizada, portanto, é realizada no interior dos GTTs, cuja programação abrange a maior parte do evento.

O GTT de Políticas Públicas, segundo sua ementa, abrange estudos dos processos de formulação, adoção e avaliação das políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. Estudos das concepções, princípios e metodologias de investigação adotados na consecução de políticas públicas, voltados para a apreensão da produção de bens e serviços públicos relativos à Educação Física, esporte e lazer<sup>4</sup>. Nascido junto com a própria estruturação dos GTTs no âmbito do CBCE, em 1997, por ocasião do Conbrace realizado em Goiânia – GO, o GTT de Políticas Públicas, onde em um primeiro momento prevaleceu o debate entorno das políticas de governo, com ênfase maior no cotejo de projetos – emprestando-lhe muitas das vezes sentido "panfletário" - do que propriamente na análise "acadêmica" de seus pressupostos teóricos, hoje já está centrado nas questões mais atinentes ao campo das investigações científicas, observáveis nos distintos grupos que, vinculados a instituições de educação superior,

<sup>1</sup> Informações disponíveis em <http://www.cbce.org.br/br/cbce/> acesso em 14 de agosto de 2009.

<sup>2</sup> Informações disponíveis em <http://www.cbce.org.br/br/cbce/> acesso em 14 de agosto de 2009.

<sup>3</sup> Informações disponíveis em <http://www.cbce.org.br/br/gtt/> acesso em 14 de agosto de 2009.

<sup>4</sup> Ementa do GTT de Políticas Públicas do CBCE. Disponível em <http://www.cbce.org.br/br/gtt/politicas-publicas/> acesso em 14 de agosto de 2009.

buscam pensar a configuração das ações relacionadas à realidade brasileira em constante interlocução com esta sociedade científica<sup>5</sup>.

O GTT de Políticas Públicas do CBCE, constitui, portanto, um dos principais espaços de debate acadêmico acerca das políticas públicas de esporte, lazer e educação física. Dentre a produção do GTT, destaca-se aquelas voltadas a análises de programas e projetos do poder público na área de esporte e lazer. Nesse ensaio, debruçaremos sobre a produção do GTT nas três últimas edições do Conbrace (2005, 2007 e 2009), que se propuseram a analisar programas e projetos na área de esporte e lazer do governo federal, especialmente o programa Segundo Tempo (PST).

## O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

O Segundo Tempo é um programa estratégico do governo federal que tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social (FILGUEIRA; PERIM; OLIVEIRA, 2009).

Em termos concretos, o PST, desde sua criação, em 2003, atendeu a mais de três milhões de crianças, adolescentes e jovens, com um investimento do governo federal de aproximadamente R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais)<sup>6</sup>.

Atualmente, o programa atende simultaneamente em torno de um milhão de crianças, adolescentes e jovens distribuídos em torno de 1.300 municípios de todas as regiões do País. São números expressivos, mas ainda longe de serem significativos no universo de 35 milhões de potenciais beneficiados, considerando-se o total de alunos matriculados em 2008 na Educação Básica, segundo dados do IBGE (FILGUEIRA; PERIM; OLIVEIRA, 2009).

O PST foi planejado com o intuito de “democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social” (FILGUEIRA; PERIM; OLIVEIRA, 2009, 2009, p. 09). São objetivos específicos do programa: a) Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; b) Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; c) Desenvolver valores sociais; e) Contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras; f) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida (auto-estima, convívio, integração social e saúde); g) Contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania).

O PST estabelece como estratégia operacional a formalização de parcerias e alianças institucionais, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira para entes públicos e privados sem fins lucrativos. Tais entidades, dessa forma, tornam-se responsáveis pela execução do programa através da celebração de convênios ou

<sup>5</sup> Histórico do GTT de Políticas Públicas do CBCE. Disponível em <http://www.cbce.org.br/br/gtt/historico.asp?id=10> acesso em 14 de agosto de 2009.

<sup>6</sup> Evolução do PST. Relatórios de Gestão. Citado por FILGUEIRA; PERIM; OLIVEIRA (2009).

instrumentos congêneres com o Ministério do Esporte, visando à implantação dos Núcleos de Esporte Educacional (NEE) (GAYA, 2008).

As parcerias que viabilizam a implantação dos núcleos são definidas a partir do modelo e das diretrizes apresentadas no Manual do Programa Segundo Tempo (PST) e da realidade local de cada projeto. De acordo com a evolução do Programa, o modelo e as diretrizes foram sendo modificados de modo a aprimorar todo o sistema (FILGUEIRA; PERIM; OLIVEIRA, 2009). O conjunto do aparato burocrático do Estado, através da SNEED, das instituições parceiras, profissionais atuantes, crianças e adolescentes atendidos constituem o que Frey (2000) chama de *policy network*.

Os NEE do PST comumente são constituídos por um grupo de 100 crianças e adolescentes, um coordenador de núcleo e dois monitores. Desenvolvem atividades esportivas e complementares tendo como orientação: (a) oferecer atividades esportivas no contra-turno escolar (b) oferecer a cada criança ou adolescente, no mínimo, três atividades esportivas realizadas com frequência mínima de três vezes por semana, e duas horas diárias; (c) reforço alimentar; d) atividades complementares.

É notório, que não obstante as críticas, avanços e retrocessos experimentados pelo PST nos últimos sete anos, ele se tornou referência como um dos grandes programas sociais do governo federal. Tornou-se também objeto de reflexão daqueles que estudam as políticas públicas de esporte, lazer e educação física no Brasil. Nesse sentido, a próxima parte do texto será encaminhada no sentido de relatar e analisar os trabalhos dedicados à reflexão sobre o PST no interior do GTT de Políticas Públicas do CBCE nas três últimas edições do Conbrace (2005, 2007 e 2009).

## **REFLEXÕES SOBRE O PST NO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO CBCE**

Dentro do recorte proposto para esse trabalho, o Conbrace, em sua 14ª edição, foi realizado na cidade de Porto Alegre, no período de 04 a 09 de setembro de 2005, nas instalações da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com o I Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Foi uma realização do CBCE, com apoio da UFRGS, UFSC, Unicamp, Ministério da Educação, Ministério do Esporte, UNESCO Brasil, CNPq, CAPES, SESC e Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul.

No GTT de Políticas Públicas foram apresentados quatorze trabalhos, com pesquisadores representando oito instituições distintas. Do total de trabalhos, apenas um se dedicou ao estudo do Programa Segundo Tempo.

O trabalho supracitado, de Sávio Assis de Oliveira, então doutorando em Educação pela UFPE, “*Considerações sobre as políticas públicas de esporte escolar no Brasil do século XXI*”, apresentou algumas constatações preliminares de seu trabalho de doutoramento, relativo à análise das políticas públicas de esporte escolar formuladas pelo governo federal para implementação por estados e municípios, com ênfase nos programas “Esporte na Escola” e “Segundo Tempo Escolar” (PST). Nelas se identifica o novo interesse pela escola como lugar de desenvolvimento de programas de formação esportiva e a repetição de um discurso legitimador da presença do esporte nesse espaço (OLIVEIRA, 2005).

O autor retoma historicamente a relação entre o esporte e a escola, destacando a constância e longevidade desta relação, para posteriormente apresentar programas recentes do governo federal referentes ao esporte na escola, em especial os programas Esporte na Escola, Segundo Tempo, Bolsa-Atleta e Descoberta de Talentos Esportivos.

Sugere o autor que estes programas estariam relacionados ao fracasso olímpico do Brasil nas Olimpíadas de 2000, que teria deflagrado ações do Governo Federal relativos ao esporte escolar, base para um suposto sucesso olímpico.

Na comparação entre os programas Esporte na Escola e Segundo Tempo, Oliveira (2005, p. 6), destaca que mesmo,

[...] oriundos de projetos políticos que se enfrentaram em embate eleitoral e se anunciaram diferentes um do outro, temos programas de esporte escolar que, aparentemente, assemelham-se e conformam uma linha de continuidade na atuação do Estado, por meio de uma política pública específica.

Essas semelhanças entre o programas estariam efetivadas na idéia de democratização do acesso à prática esportiva, agregando algumas “virtudes” ao esporte, como o combate às drogas e à violência, a formação integral, a prevenção de doenças, entre outras.

Verifica-se, dessa forma, que os programas ‘dialogam’ com uma série de anseios, necessidades e carências expressas pela população ou em nome dela. Mas, é um diálogo recheado de falsas promessas, que repete um discurso fácil em que o esporte aparece como solução para todos os males, como portador de um valor em si, necessariamente bom (OLIVEIRA, 2005, p. 6).

Há críticas às atribuições “inerentes” ao esporte, como sua interface junto a saúde e a educação. A conclusão do trabalho é de que uma política educacional para o esporte escolar, com possíveis conseqüências até mesmo para o esporte de rendimento, poderia, simplesmente, dar condições à disciplina escolar Educação Física, com infra-estrutura, material didático e formação continuada, exigindo dela apenas que respeite o papel, as atribuições e a singularidade da escola.

Dois anos mais tarde, em 2007, durante a realização do XV Conbrace, na cidade de Recife – PE, no interior do GTT de Políticas Públicas, ficou nítido o avanço no número de produções acerca da temática, bem como na consistência das discussões apresentadas. Foram apresentados vinte e oito trabalhos no GTT, porém, apenas dois deles refletiram sobre o PST.

Um deles, o trabalho “*Projeto segundo tempo: configurando um modelo*”, de Bruno Duarte Moreira e colaboradores, todos da UFRGS, propões discutir o PST dentro de um “contexto neoliberal de organização capitalista” na cidade do Rio Grande. No início do texto os autores colocam que com o neoliberalismo “há uma reconfiguração do papel do Estado e o mercado passa a ser o regulador e definidor destas políticas, com o conseqüente descomprometimento do Estado, transferindo tais ações sociais para a sociedade civil” (MOREIRA et al., 2007, p. 2). Uma das conseqüências é o surgimento de um terceiro setor, que passa a se responsabilizar por uma série de ações na área social, antes atribuições do Estado. Conseqüência desse processo, segundo os autores, é que o esporte não é mais tratado como um direito social,

[...] mas sim como um serviço que poderá ser conseguido ou no mercado da atividade física em clubes, academias e escolinhas pagas, ou então contar com a ‘solidariedade’ de atletas, com a ‘responsabilidade social’ de grandes empresas ou ainda com a ação dos voluntários. Permuta-se direitos em troca de favores e assistência (MELO, 2005 citado por MOREIRA et al., 2007, p. 4).

Passando à análise do programa em si, os autores citam alguns números e concluem:

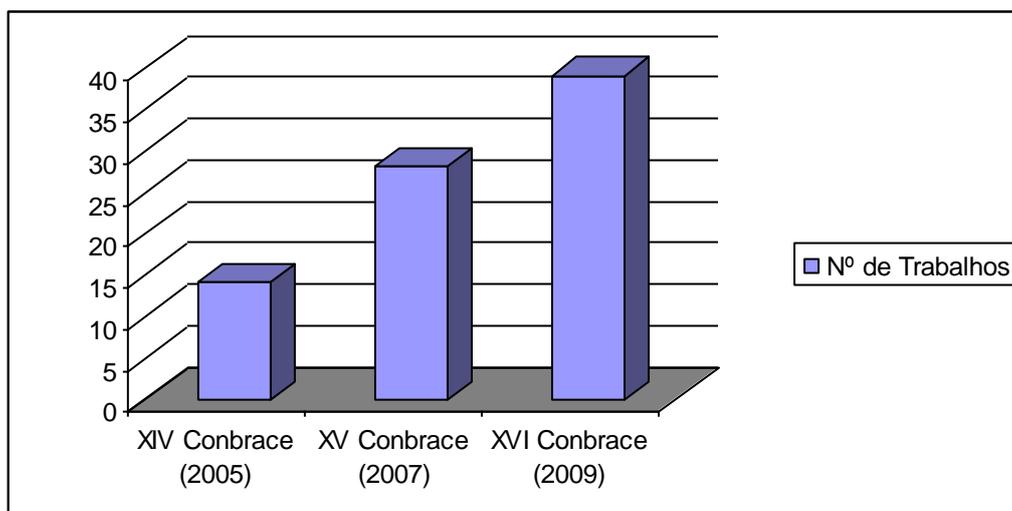
[...] é possível constatar que o Programa Segundo Tempo em Rio Grande se enquadra no modelo neoliberal de políticas públicas em que o terceiro setor, no caso o SESC, cumpre um papel que deveria ser do Estado, ou seja, esse financia um programa que vem sendo executado por um órgão da sociedade civil, transferindo verba pública para o setor privado (MOREIRA et al., 2007, p. 8).

No ano de 2009, entre os dias 20 e 25 de setembro, na cidade de Salvador – BA, foi realizado o XVI Conbrace. Esse evento,

[...] na sua décima sexta edição e o Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE) na sua terceira experiência, objetivam a ampliar seu diálogo internacional na perspectiva de estabelecer parcerias e protocolos de cooperação no que diz respeito ao incentivo à realização de intercâmbios junto aos grupos de pesquisa, instituições e entidades científicas de forma a ampliar as bases da soberania nacional e da cooperação internacional<sup>7</sup>.

O tema central do congresso foi “Formação em Educação Física e Ciências do Esporte: políticas e cotidiano”. Sua programação contemplou mesas redondas, painéis, assembleias, fóruns, reuniões institucionais, além da programação dos GTTs. No GTT de Políticas Públicas, foram apresentados trinta e nove trabalhos, mostrando e corroborando o aumento da produção na área, conforme o gráfico abaixo:

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE TRABALHOS APRESENTADOS NO GTT DE POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ÚLTIMOS CONBRACES



Um dos trabalhos que tratou do PST foi o artigo “*A política cultural do governo Lula: necessidade de superação para além do segundo tempo*”, de Ana Lúcia Sousa Pinto, João Renato Nunes e Roseane Soares de Almeida. Esse é parte da monografia defendida no II curso de especialização em metodologia do ensino e da pesquisa em educação física, esporte e lazer da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. O foco da discussão está na relação entre a escola e o projeto de cultura, através da análise do PST.

<sup>7</sup> Disponível em <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/schedConf/overview>. Acesso em 23 de março de 2010.

Tomamos como problemática significativa, a ser compreendida e analisada, a situação atual da escola pública de não responder as necessidades da classe trabalhadora e dentro dela a educação física, enquanto componente curricular, não consolidar uma formação omnilateral e também não contribuir para a construção de uma nova cultura que supere o capital (PINTO; NUNES; ALMEIDA, 2009, p. 01).

A discussão é encaminhada a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético, discutindo o conceito de cultura, trabalho, política de cultura e formação. Há também especial atenção a crítica às políticas neoliberais.

Os autores traçam duras e contundentes críticas ao PST, a partir da análise de alguns documentos, a saber: Manual, diretrizes gerais do programa Segundo Tempo, e textos que fazem parte do material pedagógico de orientação do programa. A partir do objetivo do PST, os autores apontam que,

O programa reafirma a posição idealista/alienadora de que o esporte “salva o mundo”, que através da prática esportiva pode-se haver a cura de todos os males sociais. Cria-se mais uma ilusão no imaginário dos jovens que pensam em através do esporte mudar de vida (PINTO; NUNES; ALMEIDA, 2009, p. 05).

Ao analisar o conteúdo de alguns textos do material didático, traçam uma série de críticas, como, por exemplo, o,

[...] ideal ilusório que o Ministério do Esporte está propagando na justificativa de implementação dos programas e projetos, argumentos frágeis e levianos. O esporte não pode mudar a estrutura social, é preciso modificar o modo de produzir a vida, e para isso é necessário superar qualitativamente a sociedade capitalista (PINTO; NUNES; ALMEIDA, 2009, p. 06).

Parece-nos que o fato do PST não compartilhar os pontos de vista e projeto de sociedade dos autores faz com que se apontem problemas, talvez também de forma leviana. Apontam falhas ainda em relação à dicotomia entre teoria e prática, orientação epistemológica do PST e proposta pedagógica do programa. Por fim, em relação ao PST, acreditam que,

Os jovens, crianças e adolescentes estão sendo iludidos, jogados numa constante alienação e sendo utilizados como massa de manobra política, onde cada centavo investido nos programas social do atual governo trará resultados nas urnas durante a eleição do próximo governo brasileiro (PINTO, NUNES, ALMEIDA, 2009, p. 09).

Pergunta-se: a partir de quais informações ou critérios estas posições foram construídas? Por fim, apresentam uma alternativa de aproximação entre a política cultural e a Escola, que teria como norte principal a superação do capitalismo, e a construção de uma sociedade para além do capital.

Outros dois trabalhos apresentados no XVI Conbrace debatem centralmente o PST. Um deles, “*Políticas sociais esportivas: uma análise da gestão do Programa Segundo Tempo e alguns de seus reflexos no Distrito Federal*”, de Pedro Fernando A. Athayde e Fernando Mascarenhas, busca investigar a gestão do PST no Distrito Federal (DF) no primeiro mandato do presidente Lula (2003-06). Este artigo é fruto de pesquisa realizada junto ao Programa de pós-graduação da Faculdade de Educação Física da UNB, ligada à linha de pesquisa “Esporte e Educação Física Escolar”.

O foco está na forma de gestão do PST no DF, buscando problematizar os avanços e limites do programa, observando aspectos referentes à fragmentação e descontinuidade das políticas públicas, a gestão democrática e participativa, a descentralização administrativa, e a desresponsabilização estatal.

A pesquisa empírica foi construída a partir de documentos, e entrevistas a gestores do programa, atuantes no ME e nos núcleos do programa. O trabalho ressalta que o DF foi um dos entes da federação que mais receberam recursos do PST na primeira gestão do governo Lula, sugerindo que isso poderia estar relacionado às pretensões políticas do então Ministro do Esporte, aspirante ao governo distrital ou a vaga de senador pelo DF. A próxima parte do texto apresenta dados quantitativos de convênios no DF e trechos de entrevistas que evidenciam a descontinuidade nas ações do PST, a prioridade de convênios junto a instituições privadas, e a presença do critério político quando da realização de convênios. A participação e democratização das políticas públicas, princípios do PST, são debatidas a partir do diálogo com a literatura, e percepções sobre a implantação do programa. São destacados princípios do programa que tem dificuldade de se efetivar, lados positivo e negativo da descentralização e parcerias com entidades privadas.

Concluem os autores que o PST se propõe um programa sócio-esportivo respaldado por uma nova forma de gestão, caracterizada por um modelo democrático de ação descentralizada, que possibilite a participação popular e o controle social. No entanto, ao confrontarem as proposições do programas com as contradições internas de seus documentos oficiais, e com as entrevistas dos atores presentes em seu desenvolvimento, verificou-se que as asserções realizadas pelo ME apresentam limites para consubstanciação de sua materialidade (ATHAYDE e MASCARENHAS, 2009).

O texto consegue aliar os dados empíricos a discussão teórica no contexto das categorias eleitas. Toma também o cuidado de não trazer conclusões precipitadas, já que o PST é um programa em andamento. Constitui um bom exemplo de pesquisa bem realizada e que dialoga entre o empírico, o teórico e a posição dos pesquisadores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PST é um programa esportivo-social do governo federal que vem tendo um avançado desenvolvimento e repercussão na última década no Brasil. No decorrer de sete anos de funcionamento, atendeu mais de três milhões de beneficiados, e consumiu perto de um bilhão de reais dos cofres públicos. Atualmente atende perto de um milhão de crianças em todos os estados da federação.

Dada tamanha envergadura do programa, tem despertado a atenção de pesquisadores, que buscam analisar criticamente a proposta e o desenvolvimento do programa. No interior do GTT de Políticas Públicas do CBCE, porém, a discussão em torno do PST é ainda tímida. Nas últimas três edições do Conbrace (2005, 2007, 2009), verificou-se um aumento progressivo na produção sobre políticas públicas de esporte, lazer e educação física no GTT. Porém, apenas seis, dos oitenta e um trabalhos publicados fizeram referência ao PST. Isso é ainda mais grave se pensarmos que a política do governo federal para o esporte educacional está pautada e ancorada no PST.

Analisando a produção do GTT sobre o PST, verificamos que os pesquisadores adotam uma postura crítica em relação ao programa, apontando especialmente alguns pontos considerados falhos. Por outro lado, a orientação teórica predominante, de viés

marxista, desconsidera a contingência na execução do programa, vendo o mesmo, por vezes, apenas como fruto de uma política de cunho neoliberal. Finalizamos apontando a necessidade de um maior envolvimento dos pesquisadores na discussão crítica de importantes programas para o esporte e lazer, considerando a contingência na execução de um programa de amplitude nacional, e as várias possibilidades teórico-metodológicas de encaminhamento de pesquisas que tem por objetivo avaliar o desenvolvimento de programas públicos para o esporte e lazer.

## REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P. A.; MASCARENHAS, F. Políticas sociais esportivas: uma análise da gestão do Programa Segundo Tempo e alguns de seus reflexos no Distrito Federal. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Baril. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n. 21, jun. 2000, p. 211-259.

FILGUEIRA, J. C. M.; PERIM, G. L.; OLIVEIRA, A. A. B. de. Apresentação. In: OLIVEIRA, A. A. B. de; PERIM, G. L. (orgs.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo : da reflexão à prática**. Maringá: Eduem, 2009.

GAYA, A. Programa Segundo Tempo – Introdução. In: OLIVEIRA, A. A. B. de; PERIM, G. L. (orgs.). **Fundamentos Pedagógicos para o programa Segundo Tempo**. Brasília: Ministério dos Esportes; Porto Alegre: UFRGS, 2008.

<http://www.cbce.org.br/br/cbce/> acesso em 14 de agosto de 2009.

<http://www.cbce.org.br/br/gtt/> acesso em 14 de agosto de 2009.

<http://www.cbce.org.br/br/gtt/politicas-publicas/> acesso em 14 de agosto de 2009.

<http://www.cbce.org.br/br/gtt/historico.asp?id=10> acesso em 14 de agosto de 2009

MENDES, V. da R. et al. Como os pais percebem a participação dos filhos no Programa Segundo Tempo In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

MOREIRA, B. D. et al. Projeto Segundo Tempo: configurando um modelo. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

OLIVEIRA, S. A. de. Considerações sobre as políticas públicas de esporte escolar no Brasil do século XXI. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Porto Alegre: CBCE, 2005.

PINTO, A. L. S.; NUNES, J. R.; ALMEIDA, R. S. de. A política cultural do governo Lula: necessidade de superação para além do segundo tempo. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

SANTOS, A. L. F; LORENZINI, A. R. Programa Segundo Tempo no agreste de Pernambuco: uma experiência interinstitucional e interdisciplinar. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte** / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Salvador: CBCE, 2009.

**CONTATO:** Rua Pedro Huk, 46 Bairro Uberaba 81550-230 Curitiba – PR  
**E-mail:** [fernando.starepravo@hotmail.com](mailto:fernando.starepravo@hotmail.com)